

Damares Araújo Teles

# Educação Infantil:

analisando aspectos importantes



Atena  
Editora

Ano 2023

Damare Araújo Teles

---

# Educação Infantil:

analisando aspectos importantes



 **Atena**  
Editora

Ano 2023

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Camila Alves de Cremo

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2023 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra  
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina  
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes  
 Claros  
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do  
 Paraná  
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau  
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
 Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
 Profª Drª Marianne Moura Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
 Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
 Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
 Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
 Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-  
 Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia /  
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Educação infantil: analisando aspectos importantes

**Diagramação:** Nataly Evilin Gayde  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** A autora  
**Autora:** Damares Araújo Teles

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T269 Teles, Damares Araújo

Educação infantil: analisando aspectos importantes /  
Damares Araújo Teles. – Ponta Grossa - PR: Atena,  
2023.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-2117-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.177230401>

1. Educação infantil. 2. Formação de professores. 3.  
Inclusão escolar. 4. Educação inclusiva. I. Teles, Damares  
Araújo. II. Título.

CDD 372.21

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

O livro “Educação Infantil: analisando aspectos importantes” aborda uma série de tópicos relacionados à Educação Infantil, reconhecendo sua importância como a primeira etapa da Educação Básica. Composto por doze capítulos, se dedica a discutir temas relevantes e essenciais nesse contexto específico. Essa abordagem abrangente fornece uma visão aprofundada sobre diversos aspectos significativos relacionados à Educação Infantil.

Destacar o perfil do professor na Educação Infantil ressalta a importância da formação inicial e contínua. Esses processos formativos são pilares para todos os educadores, influenciando diretamente suas práticas pedagógicas. Reconhecer a relevância dessas formações implica refletir sobre aspectos que devem ser enfatizados por estes profissionais.

É amplamente reconhecido que adotar uma abordagem tradicional na docência, sem considerar o aluno como participante ativo do processo de aprendizagem, representa um retrocesso nas conquistas educacionais. Assim, partindo dessa premissa, o professor deve centralizar sua prática pedagógica nas aprendizagens significativas, que não apenas possibilitam à criança construir conhecimento, mas também promovem seu desenvolvimento integral.

Outro importante tema é a inclusão de alunos com deficiências e transtornos na Educação Infantil. Essa etapa inicial do ensino deve promover práticas pedagógicas inclusivas, visando o desenvolvimento integral de todas as crianças. Isso requer adaptações curriculares para garantir igualdade de acesso e oportunidades. Analisar a inclusão desses alunos é fundamental para assegurar uma educação de qualidade, exigindo reflexão crítica sobre os elementos essenciais desse processo.

A promoção da ludicidade na Educação Infantil é extremamente relevante. Por isso, estimular a brincar, a imaginar e a fantasiar, propondo intervenções é fundamental para que as crianças explorem plenamente diferentes recursos que possibilitam a aprendizagem.

No que diz respeito à avaliação na Educação Infantil, não se limita ao acompanhamento do desenvolvimento das crianças, mas também serve como ferramenta para os professores reverem suas práticas. É uma maneira de identificar habilidades, dificuldades e potencialidades das crianças, além de promover reflexão sobre estratégias didáticas.

**Damara Araújo Teles**

Durante muito tempo, existiu a concepção equivocada de que a criança era um adulto em miniatura, resultando em interpretações inadequadas sobre seu desenvolvimento e aprendizagem. Hoje entendemos que a criança, conforme destacado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), é um “sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”. (BRASIL, 2010, p.12).

A Constituição Federal de 1988 foi um marco significativo, pois reconheceu o atendimento em creches e pré-escolas como dever do Estado. No entanto, foi com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996 que a Educação Infantil foi oficialmente integrada à Educação Básica. Isso ressalta o papel político e social dessa etapa.

É nesse período que as crianças começam a explorar o mundo por meio de brincadeiras e interações sociais, construindo conhecimento pela curiosidade e experimentação. Conforme as DCNEI, essas atividades são fundamentais e estruturam as práticas pedagógicas na Educação Infantil. Você já imaginou uma criança que não brinca? Infelizmente, existem muitas crianças privadas desse estímulo, e é fundamental prestar atenção para não tirar delas a experiência da infância.

Portanto, o livro “Educação Infantil: analisando aspectos importantes” traz importantes contribuições para compreender a Educação Infantil como a base do processo educacional, sendo a primeira etapa da Educação Básica. É nesse momento que as crianças têm suas primeiras experiências escolares voltadas para aprendizagem e desenvolvimento, criando bases sólidas para futuros aprendizados e ampliação de conhecimentos.

**Damara Araújo Teles**

<b>CAPÍTULO 1 - O PERFIL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 2 - REPENSANDO A PRÁTICA .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO 3 - A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO DOCENTE.....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 4 - O PLANEJAMENTO DA PRÁTICA .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 5 - O QUE É A INCLUSÃO? .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 6 - DILEMAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 7 - ASPECTOS FUNDAMENTAIS PARA A INCLUSÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 8 - O PROCESSO DE INCLUSÃO OCORRE EFETIVAMENTE?...</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 9 - A BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 10 - A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR .....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 11 - A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO 12 - OS REGISTROS AVALIATIVOS .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>SOBRE A AUTORA .....</b>	<b>42</b>

## O PERFIL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Damare Araújo Teles**

A educação é consagrada como um direito na Constituição Federal de 1988, sendo um dos pilares que capacitam o cidadão a participar ativamente na sociedade, reconhecendo tanto seus direitos quanto deveres. A instituição escolar, dentro desse contexto, assume um papel central onde o processo de ensino e aprendizagem se desenvolve. É nesse ambiente que os professores emergem como os responsáveis pela orientação do aprendizado dos alunos.

Este capítulo oferece insights sobre o perfil dos educadores na Educação Infantil. É fundamental compreender a necessidade de que esses professores estejam constantemente refletindo sobre suas práticas, direcionando-as para um processo educacional de alta qualidade. Essa reflexão contínua impulsiona mudanças no planejamento, metas e abordagens didáticas.

Este processo dinâmico permite ao educador questionar sua atuação, assegurando que estejam promovendo uma aprendizagem genuína para os alunos. Por isso, é crucial analisar a formação inicial desses profissionais, visto que é nesse estágio que diversos aspectos necessários para oferecer uma educação de excelência precisam ser trabalhados. O foco recai sobre o perfil dos professores e educadores da Educação Infantil no Brasil, destacando a relevância da formação contínua desses profissionais.

Dentro dessa perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, em seu Título VI, descreve artigos que identificam e delineiam o papel desses profissionais na educação:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009) (BRASIL, 1996, n.p.)

Este artigo destaca que os professores da Educação Infantil são profissionais formados em cursos superiores, como Pedagogia, habilitados para atuar na etapa inicial da educação básica, abrangendo a Educação Infantil e os primeiros anos do Ensino Fundamental. Com essa responsabilidade, carregam o compromisso primordial de proporcionar um ensino de qualidade aos alunos.

Ao enfatizar a importância desses profissionais, é fundamental compreender quem são esses educadores, incumbidos de oferecer todo o suporte necessário para orientar os alunos em direção às séries subsequentes. Assim, a efetividade do processo de ensino-aprendizagem é crucial para garantir que os alunos adquiram conhecimentos significativos.

A ausência de uma aprendizagem eficaz na Educação Infantil pode resultar em lacunas no desenvolvimento acadêmico futuro, impactando negativamente os anos seguintes de estudo.

Portanto, o objetivo principal desses educadores é promover o desenvolvimento completo e holístico de seus alunos, garantindo não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também a construção de uma base sólida para seu crescimento educacional subsequente.

O profissional de educação infantil deve ser polivalente e se responsabilizar pelo desenvolvimento global das crianças. Por isso, precisa ter conhecimentos específicos sobre a criança de determinada faixa etária (0 a 5 anos), conectando tais conhecimentos com a prática vivenciada. Porém, nota-se que a composição dos cursos de formação dos educadores de Educação Infantil, em geral, é semelhante à dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, ou seja, é dividida em áreas do conhecimento e disciplinas (português, matemática, ciências etc.). (BUCHWITZ, 2016, p. 30)

Buchwitz (2016) salienta a ausência de um curso específico voltado exclusivamente para a formação inicial de professores da Educação Infantil. Entretanto, é crucial notar que os programas de formação inicial incorporam disciplinas essenciais sobre a Educação Infantil, além de estágios supervisionados, oferecendo experiência prática em salas de aula na primeira etapa educacional. Esses cursos visam preparar profissionais capazes de desempenhar uma prática docente eficaz na Educação Infantil. A falta de preparo adequado pode impactar negativamente a aprendizagem das crianças.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BUCHWITZ, T. M. A. **Propostas curriculares na educação infantil.** São Paulo: Cengage, 2016.

# REPENSANDO A PRÁTICA

**Damares Araújo Teles**

Ao longo da história da educação, notamos uma forte ênfase em práticas tradicionais nas escolas, onde o papel do professor era predominantemente de transmitir conteúdo, sem considerar o aluno como um participante ativo do processo de aprendizagem. Contraindo essa abordagem, é crucial buscar práticas docentes inovadoras, reconhecendo os alunos como agentes ativos na construção do conhecimento, interagindo com diversos recursos didáticos e objetos de aprendizagem.

Perpetuar essas práticas tradicionais nas salas de aula é um equívoco que compromete a aprendizagem dos alunos, não incentivando o pensamento crítico nem estimulando a curiosidade. Essas atitudes não devem permear a prática educacional de professores comprometidos com um ensino de qualidade, que considera os alunos em sua totalidade.

Isso ressalta a importância de refletir sobre a formação inicial dos educadores, pois essa reflexão destaca aspectos cruciais que impactam diretamente na prática em sala de aula. É uma oportunidade para ponderar sobre:

- a. A relação entre teoria e prática.
- b. Os saberes docentes.
- c. Estratégias de ensino diferenciadas.
- d. Considerar os alunos em suas singularidades e particularidades.
- e. O processo ativo de ensino-aprendizagem.
- f. Os conhecimentos prévios dos alunos.

É crucial discutir esses aspectos durante a formação inicial dos professores, pois isso os leva a refletir sobre a interconexão indispensável entre teoria e prática. Isso significa que os educadores são instigados a aplicar as diversas teorias aprendidas durante a formação dentro da realidade da sala de aula. Dessa maneira, não se trata apenas de prática ou teoria isoladas, já que ambas estão intrinsecamente ligadas.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, no dia a dia da prática docente, os professores constroem conhecimentos pedagógicos não apenas a partir das teorias estudadas, mas também através da interação com os alunos e da vivência em sala de aula, onde os saberes são continuamente moldados.

Isso também encoraja o professor a refletir sobre a importância de reconhecer as singularidades individuais dos alunos, já que cada um possui características distintas (BRASIL, 2020). Com essa abordagem, ao identificar alguma dificuldade específica em um aluno, o professor deve elaborar estratégias e recursos adaptados para ajudar a combater a

exclusão desse estudante, garantindo que suas necessidades individuais sejam atendidas e respeitadas. Esse educador também passa a compreender a relevância de um processo ativo de ensino-aprendizagem que valoriza os conhecimentos prévios das crianças.

No entanto, a ausência desse processo reflexivo sobre os elementos cruciais nas práticas educacionais resulta em impactos negativos na educação. Avaliações em larga escala revelam resultados insatisfatórios, evidenciando sérias dificuldades nas habilidades de leitura, escrita e cálculo entre os alunos. Essa situação, contudo, não se restringe apenas ao desempenho dos estudantes, mas incide diretamente na formação e na prática dos professores. Daí a importância de uma formação inicial robusta para futuros educadores, capacitando-os com embasamento teórico e prático para oferecer, ao ministrarem aulas, uma educação de qualidade às crianças.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

# A IMPORTÂNCIA DA REFLEXÃO DOCENTE

Dameres Araújo Teles

Ao refletir sobre a prática docente, as estratégias didático-pedagógicas e os resultados obtidos pelo professor, torna-se evidente a importância da aprendizagem significativa para as crianças. Focar em abordagens tradicionais, que se limitam à memorização de conteúdos, reprodução de informações do quadro e uma aprendizagem mecânica que trata o aluno como mero receptor, priva-os da oportunidade de aprender de forma envolvente e prazerosa, sem considerar seu potencial reflexivo, questionador e crítico.

No entanto, quando o aluno se posiciona com curiosidade, questionando o professor e baseando suas opiniões em um processo de ensino que utiliza recursos diversos, motivando-se e utilizando estratégias estimulantes, destaca-se a importância da aprendizagem significativa. Nesse contexto, o aprendizado torna-se efetivo e ativo para o aluno.

Refletir sobre a prática torna-se um princípio essencial a ser implementado no exercício docente. Em outras palavras, o professor precisa constantemente avaliar a condução de suas aulas e o progresso de aprendizagem de seus alunos. Caso haja dificuldades no aprendizado, é crucial refletir sobre os motivos que estão obstaculizando ou prejudicando esse processo. Macedo (2007, p. 32) ressalta a importância desse processo reflexivo:

Reflexão significa envergar-se de novo, em outro espaço, em outro tempo, talvez em outro nível. Para isso, o que acontece no domínio da experiência, por exemplo, necessita ser mais bem observado, recortado, destacado e projetado em um outro plano. Reflexão consiste, pois, em um trabalho de reconstituição do que ocorreu no plano da ação. Além disso, trata-se de organizar o que foi destacado, de acrescentar novas perspectivas, de mudar o olhar, de se descentrar. A hipótese é que, assim, isso produzirá benefícios para a ação. Então, refletir é ajoelhar-se diante de uma prática, escolher coisas que julgamos significativas e reorganizá-las em outro plano para, quem sabe, assim podermos confirmar, corrigir, compensar, substituir, melhorar, antecipar, enriquecer, atribuir sentido ao que foi realizado.

Segundo Macedo (2007), a reflexão permite uma análise minuciosa das ações realizadas no contexto prático, resgatando e revisitando experiências vividas para avaliar melhorias e adições na prática docente. Essa reflexão implica em mudar o que está dificultando a aprendizagem e aprimorar áreas que requerem maior atenção. Portanto, a reflexão sobre a prática não deve ser subestimada pelos professores, sendo um processo a ser enfatizado desde a formação inicial. Assim, a reflexão se torna um lema fundamental na formação.

Esse processo reflexivo oferece suporte ao professor da Educação Infantil ao destacar a relevância de estabelecer uma mediação eficaz na aprendizagem, direcionando

os alunos na jornada do conhecimento. Sendo mediador, o educador busca promover o desenvolvimento abrangente dos alunos, atendendo aos aspectos físicos, sociais, emocionais, afetivos, cognitivos, entre outros.

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros. (BRASIL, 1998, p. 43)

Nesse contexto, o educador deve reconhecer a importância de promover essa mediação da aprendizagem por meio de diversas interações na Educação Infantil. O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998), ao enfatizar a gama de aspectos desenvolvidos através dessa mediação, reforça a importância fundamental da prática do professor, destacando sua responsabilidade em criar condições propícias para esse desenvolvimento. Isso implica que a atuação do professor não pode ser conduzida sem planejamento ou objetivos definidos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

MACEDO, L. **Ensaios pedagógicos**: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2007.

## O PLANEJAMENTO DA PRÁTICA

Damares Araújo Teles

Existe uma concepção equivocada que sugere uma atuação na Educação Infantil sem a necessidade de estabelecer objetivos de aprendizagem para as crianças. Essa visão desconsidera a importância do planejamento das aulas por parte do professor. Contudo, essa perspectiva não é adequada. Na verdade, é fundamental que o professor defina objetivos claros para o desenvolvimento amplo das crianças na Educação Infantil, identificando as etapas necessárias para alcançá-los. Em outras palavras, o ensino na Educação Infantil não deve ser aleatório; é crucial um trabalho sistemático e planejado para guiar esse processo.

Nesse contexto, Bassedas, Huguet e Solé (2007) indicam que o trabalho em equipe como uma abordagem para intervenção educativa na Educação Infantil se desdobra em três fases essenciais que merecem atenção: 1) o planejamento conjunto; 2) as atividades compartilhadas e a atuação; e 3) a análise e a revisão da prática.

O planejamento conjunto. Referimo-nos às atividades dirigidas para preparar e planejar conjuntamente as atividades; as tarefas mais habituais ou globais devem ser aquelas que coligam o projeto da escola, dando-lhe consenso. Trata-se de um documento muito rico para um trabalho em conjunto. Quando se fala sobre o que será feito, deve-se considerar os diferentes pontos de vista para chegar a acordos e tomar decisões. As atividades compartilhadas: a atuação. É o momento da realização e de colocar em cena as atividades que são feitas conjuntamente com as outras turmas da etapa e que foram planejadas de uma maneira mais ou menos explícita e sistemática. A análise e a revisão da prática. Referimo-nos ao trabalho de equipe, após a realização de determinadas atividades: é o momento de avaliar, de revisar o que foi feito e de fazer propostas de alteração e mudanças ou de melhorias oportunas. Toda a atuação deve ter um pequeno espaço de valorização e de reflexão, no qual sejam apresentadas sugestões ou ideias novas para avançar e melhorar. (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 2007, p. 246)

Essas três etapas, independentemente do trabalho ser realizado em equipe ou individualmente, são fundamentais na prática pedagógica, aplicáveis tanto na educação básica quanto no ensino superior. Isso se deve ao fato de que o planejamento constitui a base para a execução de qualquer atividade. É através dele que o professor organiza como realizará as atividades propostas e quais metas almeja alcançar. Após essa fase de planejamento, chega o momento de implementar a proposta elaborada. Essa etapa permite ao docente avaliar o desenvolvimento dos alunos conforme os objetivos estabelecidos, identificando possíveis dificuldades e áreas que necessitam de aprimoramento. É um momento crucial de autoavaliação da prática pedagógica.

Assim, na estruturação e organização de suas práticas, os professores devem considerar que o planejamento e a reflexão sobre suas ações, identificando o que foi

realizado e o que necessita de ajustes, são aspectos indispensáveis na atuação de um educador comprometido com a qualidade da educação. Dessa maneira, ao priorizar efetivamente a aprendizagem dos alunos, o professor reconhece a importância de manter um processo constante de aprimoramento em sua formação.

A formação continuada dos professores, aquela que promove a evolução constante do processo formativo, deve ser constantemente enfatizada. É essencial compreender, desde a formação inicial, os benefícios de um contínuo processo de aprendizado. Isso significa que a formação continuada é perene: mesmo após a formação inicial, não se encerra ao concluir um curso de extensão ou de curta duração. Esse aprendizado também ocorre no ambiente da sala de aula e se estende ao longo da vida do professor, inserindo-o em um processo perpétuo de desenvolvimento. Dessa forma, o educador deve buscar atualizações constantes, pois a atualização contínua é imprescindível para o ato de ensinar.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009). (BRASIL, 1996, n.p.)

Nessa perspectiva, entende-se que os entes federativos têm o dever de fomentar a formação contínua por meio de uma variedade de cursos disponibilizados nos municípios e estados em todo o país. Essas iniciativas são evidentes nos programas de especialização direcionados aos professores e nos cursos promovidos pelo Ministério da Educação, abrangendo uma ampla gama de temas relacionados à educação.

Esses cursos abordam uma variedade de temas, incluindo alfabetização, letramento, educação infantil, recursos digitais educacionais, programação e robótica, Base Nacional Comum Curricular, atletismo escolar, matemática, ensino híbrido, entre outros tópicos. O propósito desses cursos é fornecer aos professores um embasamento teórico que os ajude no ensino. No entanto, apesar da importância desses cursos para a formação continuada dos educadores, é crucial ressaltar novamente que a formação não se limita apenas a eles. Ela também acontece no cotidiano da sala de aula, onde o professor, ao interagir com os alunos, desenvolve novas estratégias de ensino, ajusta suas práticas e se compromete com um processo contínuo de aprimoramento.

Oliveira (2010) explica que a formação docente é um processo dinâmico no qual o professor se adapta e se reinventa, ajustando-se com base em suas percepções a partir

da observação dos processos de ensino-aprendizagem. Essa prática demanda constante reflexão e revisão, com o objetivo primordial de garantir o aprendizado dos alunos. Portanto, essa contínua formação e redefinição da prática docente se desenrola ao longo da jornada do professor, capacitando-o a tomar decisões mais adequadas para o efetivo aprendizado de seus alunos.

## REFERÊNCIAS

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

OLIVEIRA, Z. M. R. **O currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6674-o-curriculonaeducacaoinfantil&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6674-o-curriculonaeducacaoinfantil&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 jun. 2021.

## O QUE É A INCLUSÃO?

Dameres Araújo Teles

Atualmente, nota-se a adoção do lema da inclusão nas escolas brasileiras, visando garantir a presença de todas as crianças no ambiente escolar. Isso levanta diversos questionamentos, incluindo: Como efetivar o processo de inclusão de alunos com transtornos ou deficiências na escola? Neste capítulo, será abordada a importância da educação inclusiva na etapa da Educação Infantil.

No contexto da inclusão escolar, é essencial compreender os elementos fundamentais desse processo. Explorar os objetivos e princípios da inclusão na etapa da Educação Infantil, e também justificar a necessidade de adaptar espaços, horários e recursos pedagógicos para integrar crianças com deficiências nesse ambiente educacional.

Portanto, é vital uma conscientização de todos os membros do ambiente escolar para atuarem de maneira colaborativa na efetiva implementação de ações que permitam a inclusão dessas crianças no ambiente escolar. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Artigo 3º, ressalta que

A Criança e o Adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990, n.p.)

A legislação reflete a importância de reconhecer crianças e adolescentes como membros da sociedade brasileira, merecedores de respeito e consideração, com os mesmos direitos de serem respeitados e valorizados. Portanto, é crucial oferecer oportunidades diversas a esses indivíduos, visando seu desenvolvimento integral. Atualmente, há uma abordagem diferenciada em relação à infância, promovendo a inclusão educacional na Educação Infantil.

Com isso, é fundamental que creches e pré-escolas sejam ambientes inclusivos, capazes de acolher todas as crianças que delas necessitam para seu pleno desenvolvimento. Conforme delineado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a socialização das crianças deve ocorrer por meio da participação em diferentes práticas sociais, sem qualquer forma de discriminação. Assim, é crucial atender a todas as necessidades das crianças na Educação Infantil, independentemente de suas particularidades, e promover ativamente a luta contra qualquer tipo de discriminação.

Entretanto, ao longo da história, o reconhecimento da infância nem sempre foi uma realidade presente na sociedade. Nas civilizações antigas, por exemplo, a percepção em relação às crianças era limitada. Não existia um sistema educacional voltado especificamente para atender às necessidades integrais da infância. Diante dessa falta de atenção para as crianças sem deficiência, é possível imaginar como aquelas com deficiência ou transtornos

eram tratadas naquele contexto.

Nas sociedades primitivas, como o modo de vida estava condicionado pela necessidade de defesa em relação às ameaças do meio e a sobrevivência dos grupos estava na dependência do que a natureza oferecia, como a caça, a pesca e os deslocamentos até abrigos seguros pela característica nômade desses agrupamentos, era natural que se algum membro tivesse uma deficiência que colocasse em risco a sobrevivência dos demais fosse deixado para trás. No período da história conhecido como Antiguidade, as crianças deficientes poderiam ter destinos diferentes, dependendo do local onde nasciam. Em Esparta, por ser uma cidade voltada para o militarismo, elas deveriam ser eliminadas. Já em Atenas, por influência de comportamentos moldados pela filosofia, tratar desiguais de maneira igual constituía-se em injustiça e, assim, os deficientes eram amparados e protegidos pela sociedade de forma segregada. De outro modo, na Roma Antiga, era comum a utilização comercial de pessoas com deficiência para fins de prostituição ou entretenimento das pessoas ricas. (BARRETO; BARRETO, 2014, p. 10)

Barreto e Barreto (2014) destacam que em sociedades primitivas, as crianças com deficiências enfrentavam um destino cruel. Na Antiguidade, algumas eram alvo de assassinato e, quando poupadas, eram relegadas à margem da sociedade, vivendo segregadas. Na Roma Antiga, eram tratadas como objetos sem valor, sujeitas à exploração. Esses exemplos revelam que o presente, marcado por diversas formas de discriminação contra pessoas com deficiência, reflete resquícios de atitudes de outras épocas, evidenciando preconceitos presentes nas ações e falas da sociedade.

Embora não sejam tão comuns práticas tão cruéis como as observadas em tempos antigos, ainda é possível testemunhar, em alguns lugares, atos desumanos contra pessoas com deficiência. No entanto, avanços significativos foram conquistados na formulação de leis que protegem seus direitos. Em 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência foi instituído, marcando um grande avanço na luta por seus direitos.

No contexto do Brasil, um avanço significativo na história da educação especial foi marcado pelo final do século XIX. Isso se evidencia na criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro, em 1854, hoje conhecido como Instituto Benjamin Constant. Outro marco relevante ocorreu na mesma cidade em 1857, com a fundação do Instituto Imperial de Educação de Surdos, atualmente reconhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines).

No ano de 1929, como mencionado por Mendes (2010), um grupo de psicólogos chegou ao Brasil com o intuito de oferecer cursos para professores. Dentre esses profissionais estava Helena Antipoff, uma psicóloga russa cujas ideias tiveram grande impacto nas propostas de educação especial no país. Ela foi responsável pela fundação, em 1932, da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, abrindo caminho para o estabelecimento de outras Sociedades Pestalozzi em diversas regiões do Brasil.

Nesse mesmo ano foi criado o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação. Helena Antipoff participou

ativamente do movimento que culminou na implantação da primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) em 1954, no Rio de Janeiro, além de influenciar a formação de um grande contingente de profissionais que passaram a se dedicar à área nos anos posteriores. (BARRETO; BARRETO, 2014, p. 10)

Compreende-se, por meio desse breve relato sobre os marcos iniciais da educação especial no Brasil, a significância dessas lutas. Ao estabelecer institutos voltados para pessoas com deficiências físicas, cegas, surdas, entre outras condições, houve uma transformação significativa na realidade desses indivíduos, permitindo atender às suas necessidades específicas de desenvolvimento físico, cognitivo e motor. Esse progresso representa um avanço notável.

Atualmente, vários debates relacionados à educação no Brasil têm gerado discussões significativas. Em particular, a educação especial tem despertado preocupações entre muitos professores. O artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, em seu inciso III, afirma que

os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996, n.p.)

Contudo, a formação dos professores ainda apresenta fragilidades que requerem superação. Muitos docentes expressam suas preocupações sobre lacunas na capacitação para lidar com alunos que possuem alguma deficiência. Segundo Freire (2010, p. 35), “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”, isso torna imperativo que os professores estejam dispostos a aceitar contextos inéditos, mesmo aqueles com os quais nunca tiveram experiência, uma vez que o ato de ensinar demanda a abertura ao novo, sem qualquer forma de discriminação.

Nesse momento, os professores se deparam com a necessidade de se renovarem, ajustando suas abordagens para assegurar a inclusão de todos os alunos. É crucial acolher o que é novo e se adaptar diante das situações apresentadas. Ser professor significa se comprometer com o desenvolvimento integral dos alunos, representando um compromisso social de grande relevância.

Ao abordar a inclusão nas escolas públicas brasileiras, muitas questões importantes emergem: O que verdadeiramente significa incluir esses alunos no ambiente escolar? Qual é o real significado por trás da palavra “inclusão”?

Essas indagações surgem devido ao persistente desconhecimento acerca da verdadeira essência da inclusão de alunos na escola. Em outras palavras, há um debate em torno da efetiva integração de estudantes com deficiências, transtornos ou distúrbios no ambiente regular da sala de aula.

Quando surge essa discussão, questões sobre a preparação dos professores, as instalações da escola, os materiais educativos disponíveis e o Atendimento Educacional

Especializado (AEE) são levantadas. A efetivação da inclusão demanda uma série de elementos operando em conjunto.

[...] As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. Por tudo isso, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p. 16)

Ao invés de efetivamente promover a inclusão, o que tem sido observado na prática é uma abordagem mais integrativa dos alunos no ambiente escolar. Isso significa que esses estudantes são colocados na sala de aula, como se a inclusão fosse apenas isso: a presença do aluno com deficiência junto aos demais.

A inclusão vai além da simples presença na sala de aula; é fundamental oferecer condições adequadas para uma verdadeira escola inclusiva. Imagine, por exemplo, receber um aluno cego. O que deve ser feito? O professor está preparado para lidar com esse aluno? Quais recursos didáticos podem ser utilizados? Como conduzir o processo de ensino-aprendizagem? Surgem muitas dúvidas. A questão fundamental é: o professor se sente capacitado para proporcionar uma aprendizagem efetiva para alunos com diferentes necessidades, sejam eles cegos, surdos, autistas ou com outras deficiências e transtornos?

Neste contexto, é imprescindível que o professor não apenas busque, mas também se comprometa a repensar suas práticas. É crucial que ele se mantenha em constante atualização, consciente de seu compromisso social com a formação completa dos alunos. A formação continuada surge como uma das vias para que o professor se adapte, inove e reconfigure suas abordagens em sala de aula. Dessa maneira, suas estratégias pedagógicas podem abarcar práticas inclusivas, considerando as necessidades variadas dos alunos.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, M. A. O. C.; BARRETO, F. O. C. **Educação inclusiva: contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.** São Paulo: Érica, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 31 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm). Acesso em: 31 maio 2021.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/download/9842/9041/>. Acesso em: 31 maio 2021.

# DILEMAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Damare Araujo Teles**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, que é a principal lei da educação, traz em seu Título V artigos que abordam a educação especial. Ao reservar um título específico para essa área, o documento oficial indica o reconhecimento da importância do direito à educação para todos. No § 3º do artigo 58, a lei estipula que a oferta de educação especial começa na Educação Infantil e se estende por toda a vida, destacando sua relevância desde a infância até as etapas posteriores do processo educacional. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de planejar e implementar propostas pedagógicas inclusivas desde os primeiros estágios na educação infantil.

O artigo 58 destaca a educação especial como uma modalidade de ensino a ser preferencialmente oferecida na rede regular, destinada a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Esta lei indica uma mudança significativa no objetivo da educação, afastando a exclusão e a segregação desses alunos do ambiente educacional e promovendo sua inclusão em salas de aula comuns. No entanto, para efetivar essa inclusão e atender às necessidades individuais dos alunos, é essencial investir desde a formação inicial dos professores até a infraestrutura escolar, aspectos fundamentais que exigem atenção criteriosa.

No entanto, a Lei nº 9.394 de 1996 também ressalta, conforme o § 2º do artigo 58, que esses alunos serão encaminhados para classes, escolas ou serviços especializados, caso suas necessidades específicas impeçam a integração nas classes regulares do ensino comum. Assim, somente sob essas circunstâncias específicas esses estudantes não estarão presentes nas turmas regulares, pois o movimento em direção à educação especial e inclusiva busca garantir que todos, sem qualquer forma de discriminação ou distinção, estejam no mesmo ambiente educacional.

Incluir significa oferecer a oportunidade para que esses alunos façam parte integral do ambiente educacional. Envolve não apenas matriculá-los na escola, mas garantir que todas as condições essenciais sejam providas para atender às suas necessidades. Não devemos mais sustentar visões preconcebidas de que alunos com deficiências são incapazes de aprender ou progredir no ambiente educativo. Pelo contrário, seu desenvolvimento é impedido quando lhes é negado esse direito fundamental.

É sabido que alunos com deficiências ou transtornos trazem consigo diversas particularidades, ressaltando a importância de uma preparação especial por parte dos professores. É essencial que esses profissionais possuam conhecimentos específicos para elaborar atividades que possam apoiar o desenvolvimento dos alunos. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca a necessidade de:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

[...]

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996, p. 24)

No entanto, ao observar a realidade nas escolas de ensino básico, é evidente que há várias lacunas na formação dos professores que precisam ser superadas. É crucial que esses educadores possuam não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades práticas para orientar e estabelecer uma prática docente eficaz com esses alunos.

Como a escola pode verdadeiramente integrar o aluno com deficiência se não houver um planejamento sistemático para essa inclusão? Se os professores não estiverem devidamente preparados e capacitados? Caso contrário, corremos o risco de apenas simular essa inclusão. O aluno não conseguirá aprender e o professor, se não refletir criticamente sobre suas práticas, estará apenas fingindo que ensina e que tudo está ocorrendo conforme o planejado.

Muitas vezes, os professores se sentem perdidos, sem saber por onde começar, como desenvolver recursos adequados, qual método utilizar no ensino aos alunos e qual abordagem seria mais eficaz. Essas dúvidas são frequentes no contexto escolar e requerem análise cuidadosa para que a inclusão possa ser verdadeiramente efetivada.

De acordo com Vicari (2019), é enfatizado que na fase inicial da formação docente, é fundamental incorporar práticas que incentivem os futuros professores a elaborar estratégias para serem aplicadas na sala de aula, especialmente em relação aos alunos com deficiências. No entanto, essa abordagem não se restringe à formação inicial; é crucial que essa preparação seja um processo contínuo e se estenda para a formação continuada do docente:

A necessidade de haver mais estudos que busquem desenvolver estratégias de formação inicial e continuada para os profissionais que atuam diretamente com os alunos público-alvo da Educação Especial. São necessárias orientações e supervisões constantes nesse processo, para que o professor e auxiliar se sintam mais seguros e possam oferecer aos alunos um ensino de qualidade. É necessário, ainda, um trabalho contínuo de construção de valores inclusivos na nossa sociedade para que a diferença seja acolhida no cotidiano escolar. (VICARI, 2019, p. 140)

Quando a escola dispõe de uma Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), na qual são desenvolvidos materiais e recursos pedagógicos para apoiar esses alunos no processo educacional, é fundamental que o professor da turma regular estabeleça uma parceria colaborativa com o docente do AEE. Juntos, poderão analisar e determinar as melhores estratégias didáticas a serem aplicadas com esses alunos.

Neste cenário, os professores precisam elaborar abordagens pedagógicas que garantam a inclusão eficaz desses alunos, atendendo a todas as suas necessidades. Não é viável aplicar métodos pedagógicos diversos para alunos com deficiência e tentar empregá-los uniformemente a todos os estudantes, pois cada um apresenta características distintas. Identificar a estratégia de ensino-aprendizagem mais adequada requer que o professor conheça profundamente o aluno: suas particularidades, demandas e dificuldades.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 31 maio 2021.

VICARI, L. P. L. **Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31971/1/Luiza\\_Vicari\\_Disserta%c3%a7%c3%a3o\\_Mestrado.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31971/1/Luiza_Vicari_Disserta%c3%a7%c3%a3o_Mestrado.pdf). Acesso em: 31 mai

## ASPECTOS FUNDAMENTAIS PARA A INCLUSÃO

Damares Araújo Teles

Para viabilizar a inclusão do aluno com deficiência na escola, é essencial que todos os envolvidos no ambiente escolar estejam conscientes e atuem de maneira colaborativa na implementação eficaz de ações. Isso engloba desde o professor em sala de aula até a família, cujas contribuições são significativas para esse contexto. Sem essa colaboração, torna-se desafiador estabelecer um trabalho efetivo para crianças com deficiência ou transtornos, evitando sua exclusão do processo educacional.

Portanto, é crucial adaptar o currículo escolar para que essas crianças possam participar plenamente do processo educativo. Esse currículo deve ser abrangente, possibilitando a inclusão desses alunos em todas as atividades escolares. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também ressalta que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. (BRASIL, 1996, p. 24)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca a importância dos sistemas de ensino em proporcionar currículos que atendam às necessidades dos alunos com deficiência. Isso evidencia a preocupação tanto com os métodos de ensino adequados a esses estudantes quanto com os recursos que devem promover seu desenvolvimento. Quando o currículo não é adaptado, os alunos com deficiência frequentam a sala de aula, porém enfrentam dificuldades para compreender o conteúdo apresentado pelos professores, resultando em exclusão dentro de um sistema educacional que deveria garantir sua inclusão.

Esses alunos acabam desligados do processo de aprendizado, incapazes de assimilar os conteúdos ministrados em sala de aula. Portanto, é crucial adotar uma abordagem cuidadosa que considere as particularidades desses estudantes. Nesse sentido, é fundamental realizar desde o início uma avaliação diagnóstica para desenvolver um Plano Educacional Individualizado. Isso permite ao professor identificar as dificuldades do aluno, seu conhecimento prévio e a partir de onde precisará aprender. A adaptação das atividades em sala de aula torna-se essencial para promover a inclusão desse aluno.

Segundo Bruno (2006), é fundamental implementar diversas adaptações nas instituições de educação infantil, tais como a organização de agrupamentos, metodologias didáticas, gestão do tempo e do espaço, ajustes nos objetivos e conteúdos, além de alterações nos procedimentos didáticos, atividades e processos de avaliação. Essas modificações visam proporcionar às crianças um processo de aprendizagem eficaz,

alinhado às suas características individuais. Ao enfatizar a importância da organização, a autora ressalta a necessidade de incorporar recursos e materiais didáticos específicos que estimulem o desenvolvimento dos alunos, direcionando-os para áreas que podem ser progressivamente aprimoradas.

Os ambientes das instituições de educação infantil devem ser equipados com mobiliários adaptados, brinquedos e recursos que incentivem a interação entre as crianças, promovendo o seu desenvolvimento. Nesse contexto, é relevante que os professores deem ênfase aos jogos corporais, possibilitando que as crianças dominem uma variedade de movimentos e explorem diversas formas de comunicação e expressão.

Assim, é crucial que os objetivos e conteúdos educacionais sejam flexíveis, permitindo sua adaptação às particularidades dos alunos. É fundamental reconhecer que as crianças com deficiência podem ter ritmos de aprendizagem distintos, os quais requerem respeito. Além disso, é essencial ajustar o tempo para a realização de atividades e alcance dos objetivos propostos. É relevante adaptar os métodos de ensino, as estratégias didáticas e a forma de avaliação para atender e promover o desenvolvimento integral da criança.

Cada aluno é único, com suas singularidades e particularidades. É crucial que o educador conheça profundamente cada aluno para planejar ações que estabeleçam uma intervenção adequada. Esse processo varia de criança para criança, pois assim como cada indivíduo é diferente, manifestando suas singularidades, a criança com deficiência possui sua própria forma de ser, exigindo atenção específica.

Para proporcionar uma educação adequada, é fundamental realizar uma avaliação diagnóstica do aluno, permitindo ao professor conhecê-lo antes de qualquer planejamento. Isso proporciona uma visão abrangente das necessidades e desafios a serem abordados. Em seguida, é necessário estruturar de forma sistemática as atividades direcionadas para desenvolver áreas específicas que demandam atenção especial, identificadas durante a observação do aluno.

Durante esse processo, é crucial que o professor adote uma abordagem singular, não para discriminar ou excluir o aluno, mas sim para compreender suas necessidades específicas e despertar seu interesse de maneira adequada. Isso permitirá ao docente identificar os recursos didáticos e estruturais essenciais para promover o desenvolvimento do aluno.

Na sala de aula, o professor precisa observar o comportamento do aluno, identificando suas características individuais. Essa observação permite analisar as áreas que necessitam de trabalho, levando em consideração esses aspectos. Além disso, é crucial avaliar o perfil cognitivo da criança, compreendendo suas necessidades e seu nível de desenvolvimento até o momento, seus conhecimentos e habilidades.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola desempenha um papel essencial na inclusão dos alunos. É fundamental que os professores do AEE colaborem com os professores da sala regular, trabalhando de forma conjunta para desenvolver estratégias

educacionais específicas para esses alunos. É importante que esses profissionais tenham uma formação adequada para criar e implementar estratégias eficazes de apoio aos alunos com deficiência. Espera-se que possuam conhecimentos teóricos e práticos necessários para desempenhar essa função.

Embora uma escola possa não ter tido experiência prévia com alunos com deficiência, é esperado que seus profissionais possuam a formação e habilidades necessárias para oferecer um ambiente de ensino e aprendizagem eficaz para esses estudantes.

Também é essencial considerar a importância de uma abordagem colaborativa que não se restrinja apenas à área educacional, mas que abranja diversas áreas relacionadas à saúde. É fundamental promover uma cooperação multidisciplinar para desenvolver práticas integradas que apoiem o desenvolvimento dos alunos. A colaboração entre profissionais como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicopedagogos e outros é imprescindível. É por meio desse esforço conjunto que estratégias e metodologias educacionais poderão ser delineadas e aplicadas no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiências e transtornos de neurodesenvolvimento.

A partir dos questionamentos explorados neste capítulo, observamos um amplo debate sobre a eficácia da prática docente para crianças com deficiências, ao mesmo tempo em que muitos professores se encontram desprovidos de preparo. Como poderíamos solucionar esse cenário?

É fundamental estabelecer políticas educacionais sólidas para garantir que os professores recebam uma formação completa e eficaz, desde o início de sua jornada até a etapa contínua de aprimoramento, por meio de investimentos consistentes na educação continuada. Através desses programas de formação, os professores poderão perceber que sozinhos não conseguem guiar os alunos para a inclusão, mas sim que é crucial colaborar com profissionais de outras áreas, possibilitando uma abordagem holística para atender às necessidades desses alunos. Adicionalmente, os professores estarão cientes da importância das adaptações curriculares. Somente assim será viável promover a inclusão escolar desses alunos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 31 maio 2021.

BRUNO, M. M. G. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução**. 4 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

# O PROCESSO DE INCLUSÃO OCORRE EFETIVAMENTE?

**Damare Araújo Teles**

Compreender a integração escolar de estudantes com deficiência é essencial para assegurar uma educação de alto padrão. Nesse contexto, é necessária uma reflexão crítica sobre os elementos fundamentais no processo de inclusão educacional. Para ilustrar, consideremos a história da aluna Maria, que frequenta uma sala de aula regular junto a colegas ouvintes.

Maria, uma garota de oito anos, é surda e tem pais também surdos. Antes de ingressar na escola, Maria não tinha conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), comunicando-se apenas com sua família através de sinais caseiros. Ao entrar no ambiente escolar, ela começou a aprender Libras, uma língua que lhe é própria e está enraizada em sua comunidade e cultura. No entanto, a intérprete que a acompanha foi quem ensinou essa língua a Maria, visto que a professora titular não possui conhecimento sequer dos sinais básicos da Libras.

Pondere sobre este assunto considerando a situação da aluna Maria, que ainda não consegue se comunicar diretamente com a professora titular da sala de aula. Como efetivar, de fato, a inclusão escolar dessa estudante?

Quando Maria aprendeu a se comunicar através da Libras, sua alegria era imensa ao descobrir que não estava sozinha, que existiam outras pessoas utilizando a mesma língua reconhecida oficialmente. A professora intérprete que a acompanhava compartilhou com ela aspectos da luta das pessoas com deficiência em busca do reconhecimento de seus direitos.

Ao abordar a presença do aluno surdo na escola convencional, torna-se evidente a necessidade de diversas mudanças, pois a inclusão de surdos no ambiente escolar enfrenta inúmeros desafios a serem superados. É fundamental ressaltar que um marco significativo foi alcançado com a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como a língua oficial dos surdos no Brasil.

Art 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, n.p.)

Apesar do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como idioma oficial para pessoas surdas, muitos professores em salas de aula ainda não dominam essa língua. Isso

resulta em uma comunicação pouco efetiva com os alunos, levando-os a depender dos intérpretes para receber os conteúdos ensinados. Diante desse cenário, surge a questão: Como viabilizar uma comunicação eficaz entre professores das salas de aula comuns e alunos surdos?” Por isso, defendo fortemente a necessidade de estabelecer políticas públicas eficazes que assegurem uma formação sólida para esses educadores.

## **REFERÊNCIA:**

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2002.

# A BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Damares Araújo Teles

É importante reconhecer o papel fundamental das brincadeiras na Educação Infantil. Estimular as crianças de diversas maneiras desde cedo é essencial para um desenvolvimento integral, abarcando aspectos cognitivos, sociais, físicos, emocionais, entre outros. Nessa perspectiva, espera-se que os educadores da Educação Infantil proponham atividades pedagógicas que promovam a aprendizagem de maneira eficaz, efetiva e, especialmente, significativa para as crianças.

Uma das estratégias mais eficazes para o ensino infantil é utilizar as brincadeiras para estimular a imaginação e promover aprendizados diversos. Neste capítulo, exploraremos a relevância do brincar nos estágios iniciais da educação básica. Destacaremos como o ato de brincar na Educação Infantil não só é fundamental para conectar experiências, memórias e imaginação, mas também para facilitar múltiplas formas de aprendizado e compreensão do mundo ao redor.

É fascinante como Brougère (2008) descreve o ato de brincar como um espaço cultural para a criança. As brincadeiras se tornam uma oportunidade de interagir com a cultura existente, permitindo que a criança mergulhe em interações culturais. Assim, o ato de brincar se torna um meio pelo qual a criança interpreta e processa o mundo à sua volta, utilizando as experiências vivenciadas para compreender a realidade. Durante a brincadeira, a criança não só reflete suas percepções da realidade, mas também as transforma, adaptando-as ao seu entendimento. Esse contato com a cultura permite que ela expresse e interprete suas visões das relações sociais, revelando como suas experiências têm significado para ela.

A imaginação desempenha um papel crucial no entendimento que a criança tem desse mundo repleto de significados. Nas brincadeiras de faz de conta, especialmente, as crianças revelam como interpretam as relações sociais estabelecidas em seu ambiente, podendo atribuir a elas novos significados. Ao longo das experiências vivenciadas, as crianças constroem modelos de brincadeiras que lhes permitem assimilar comportamentos observados, possibilitando, por exemplo, que imitem o papel da mãe com precisão durante as brincadeiras. Essa capacidade de criar e recriar situações através da imaginação é fundamental para o desenvolvimento infantil, pois permite que as crianças expandam seus entendimentos sobre o mundo ao seu redor e absorvam as nuances das interações sociais.

Sim, exatamente! Na brincadeira, a criança tem a oportunidade de explorar sua cultura de forma genuína, revelando sua subjetividade de maneira livre, sem barreiras que limitem sua expressão criativa. É nesse ambiente lúdico que a criança descobre a própria capacidade criativa de seus pensamentos e imaginação, o que constantemente

a aproxima do entendimento sobre sua cultura. Esse processo proporciona à criança um espaço para experimentar, interpretar e internalizar aspectos culturais de uma maneira pessoal e adaptada, permitindo-lhe assimilar e contribuir ativamente para a compreensão de sua própria identidade cultural. “Brincar não é uma dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que, como outras, necessita de aprendizagem.” (BROUGÈRE, 2008, p. 20).

Brougère (2008) destaca a dimensão social presente no ato de brincar, evidenciando que a brincadeira é possível graças ao seu aspecto social, emergente do contato com outros indivíduos, e essencial para a construção da aprendizagem por meio do processo de socialização, um componente fundamental para o desenvolvimento humano. A criança incorpora certos modos de brincar ao observar as ações de outras pessoas, frequentemente alterando-as com base nas experiências significativas que absorveu. Assim, na brincadeira, ela dá destaque ao significado que essas experiências trouxeram e as representa. Essa atividade lúdica desempenha um papel vital no desenvolvimento infantil.

Ao participar de um jogo, a criança, inicialmente, absorve a cultura lúdica dessa atividade, aprendendo como se comportar diante do que está sendo proposto e internalizando os procedimentos necessários para executar o jogo. Ao manipular variados objetos e observar as ações de outros participantes, ela gradualmente desenvolve sua própria cultura lúdica durante a brincadeira. Essa fase inicial implica aprender a brincar e a estruturar o universo simbólico que vai assimilando durante a atividade lúdica.

Após essa etapa, a criança passa a absorver a cultura em sua totalidade, indo além da cultura lúdica presente nos jogos que experimentou durante as brincadeiras. Ela utilizará essa aprendizagem para compreender e interagir com a cultura da sociedade de maneira mais abrangente. No entanto, é crucial notar que a cultura lúdica que a criança experimenta durante as brincadeiras é influenciada e moldada pela cultura da sociedade em que ela está inserida:

Essa cultura diversifica-se segundo numerosos critérios. Evidentemente, em primeiro lugar, a cultura em que está inserida a criança e sua cultura lúdica. As culturas lúdicas não são (ainda?) idênticas no Japão e nos Estados Unidos. Elas se diversificam também conforme o meio social, a cidade e mais ainda o sexo da criança. É evidente que não se pode ter a mesma cultura lúdica aos 4 e aos 12 anos, mas é interessante observar que a cultura lúdica das meninas e dos meninos é ainda hoje marcada por grandes diferenças, embora possam ter alguns elementos em comum. (BROUGÈRE, 2008, p. 25)

Isso evidencia que, conforme a época em que a criança está inserida, as brincadeiras, com sua cultura lúdica, são influenciadas pelos avanços ou retrocessos dessa sociedade. Por exemplo, se em determinado contexto social for considerado inadequado que meninos e meninas brinquem com determinados brinquedos, o ato de brincar de forma contrária às normas estabelecidas será visto de forma discriminatória. No entanto, é crucial questionar se as normas impostas pela sociedade estão limitando o direito das pessoas de serem

livres e autônomas, impedindo a inovação no ato de brincar.

É por meio da interação social que a criança desenvolve e constrói sua cultura lúdica. Desde a mais tenra idade, a criança é exposta a experiências significativas que lhe permitem interpretar e atribuir significado a essas interações e ações. Durante a brincadeira, ela atribui significados tanto às pessoas que interagem com ela quanto aos objetos envolvidos. É a partir dessas significações que a criança não apenas interpreta o ambiente da brincadeira, mas também abre caminho para a criação de novos significados, os quais são interpretados pelos participantes da brincadeira. É um ciclo em que a criança atribui significados, interpreta e, por sua vez, cria novas interpretações dentro do contexto lúdico.

Essa discussão ressalta a importância vital das brincadeiras na Educação Infantil, pois é nessa fase inicial da educação básica que é essencial proporcionar experiências que contribuam para o desenvolvimento completo da criança. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (BRASIL, 2010) sublinham a necessidade de práticas pedagógicas que garantam direitos como proteção, respeito, convivência e outros aspectos cruciais para o desenvolvimento das crianças. Entre esses direitos, está a ênfase nas brincadeiras.

Desse modo, na proposta curricular da Educação Infantil, é fundamental priorizar como eixos centrais as interações sociais e as brincadeiras. Isso implica compreender que o brincar deve ser amplamente valorizado e explorado nesse contexto educacional. Reconhecer a importância da brincadeira no currículo da Educação Infantil representa um avanço significativo, especialmente diante das discussões sobre a melhor abordagem para proporcionar às crianças um processo de ensino-aprendizagem significativo.

Hoje, compreende-se que a prática docente não deve se basear em perspectivas tradicionais de educação, onde o aluno é considerado um receptor passivo de conteúdos, mas sim valorizar a interatividade, a exploração e a aprendizagem ativa, principalmente por meio do brincar e das interações sociais.

A percepção atual é que seguir o antigo modelo de ensino pode, de fato, limitar a capacidade da criança de aprender. Por isso, há uma busca por novas abordagens na prática docente. Nesse contexto, é fundamental que os professores sejam flexíveis, capazes de ajustar suas práticas, constantemente revisando suas metodologias em prol do objetivo primordial: a aprendizagem da criança. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacam essa necessidade de adaptação e flexibilidade ao afirmar que:

A criança como sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

Ao adotar uma concepção de educação que reconhece a criança como um ser ativo,

protagonista de seu aprendizado, sujeito histórico e detentora de direitos, é fundamental refletir não apenas sobre o papel da criança, mas também sobre como ela aprende. Isso inclui considerar quais recursos podem ser oferecidos para direcionar os alunos de maneira efetiva nesse processo de aprendizagem. As Diretrizes reforçam a importância disso ao destacar que as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem ser voltadas para promover interações e brincadeiras, reconhecendo que esses são elementos essenciais para o desenvolvimento e aprendizado das crianças nessa fase inicial da educação.

Desse modo, para promover a aprendizagem das crianças, é necessário proporcionar uma variedade de brincadeiras que as estimulem. Mesmo nos primeiros anos de vida, embora as crianças não busquem resultados específicos ao explorar diferentes partes do corpo, o processo de realizar esses movimentos é prazeroso para elas e, através da repetição, gera uma sensação de bem-estar que estimula seu desenvolvimento. Portanto, é natural que elas repitam essas ações motoras que contribuíram para seu crescimento. Essa forma de brincadeira, intrínseca desde cedo, deve ser valorizada nos anos seguintes, especialmente durante a Educação Infantil, como parte essencial do processo de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. *In*: KISHIMOTO, T. M. (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

## A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR

Damare Araujo Teles

Quando o professor utiliza jogos, brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil, está proporcionando à criança um ambiente de aprendizado por meio do brincar. Isso permite que ela se envolva em diversas experiências que contribuirão para o seu desenvolvimento integral em aspectos físicos, cognitivos, emocionais e sociais. Durante a brincadeira, a criança não está preocupada em adquirir habilidades ou conhecimentos específicos; ela está lá simplesmente porque foi atraída pelo ato de brincar, e é nesse contexto que ela absorve uma riqueza de aprendizados de forma natural e prazerosa.

Para Kishimoto (2016, p. 7), brinquedo é o “objeto, suporte de brincadeira, brincadeira é a descrição de uma conduta estruturada, com regras, e o jogo infantil designa tanto o objeto como as regras do jogo da criança (brinquedo e brincadeiras)”. Nessa concepção, os jogos oferecem a união de dois elementos fundamentais para o desenvolvimento infantil. Eles combinam diversão e aprendizado, proporcionando um ambiente no qual as crianças podem se envolver de maneira lúdica enquanto absorvem conhecimentos, desenvolvem habilidades e exploram novos aspectos de seu crescimento, de forma agradável e motivadora. Essa combinação de diversão e aprendizado faz dos jogos uma ferramenta valiosa na Educação Infantil, pois permitem que as crianças se desenvolvam de maneira holística, atendendo às suas necessidades cognitivas, sociais, emocionais e físicas.

Friedrich Froebel, conhecido por ser o criador do conceito de Jardim de Infância, destacava a importância dos jogos na educação das crianças. Ele acreditava que os jogos eram uma forma essencial para o desenvolvimento infantil, pois permitiam que as crianças explorassem e compreendessem o mundo ao seu redor de maneira ativa e prazerosa. Froebel via os jogos como uma ferramenta educativa crucial, capaz de estimular não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o físico, emocional e social das crianças, permitindo-lhes aprender enquanto se divertem e interagem com o ambiente ao seu redor. Essa abordagem de Froebel foi revolucionária para a época e influenciou significativamente os métodos educacionais na infância. De acordo com Kishimoto (2008, p. 64),

Froebel foi influenciado pelo grande movimento de seu tempo em favor do jogo. Ao elaborar sua teoria da lei da conexão interna, percebe que o jogo resulta em benefícios intelectuais, morais e físicos e o erige como elemento importante no desenvolvimento integral da criança. Seu hábito de observar crianças permite-lhe intuições sobre a conduta infantil que se incorporam em sua teoria.

Froebel reconhecia o valor intrínseco das brincadeiras, pois percebia nelas uma ação espontânea das crianças, repleta de significados e aprendizados. Ele defendia

veementemente que os jogos e brincadeiras eram fundamentais para o desenvolvimento infantil, visto que através dessas atividades as crianças exploram o mundo, adquirem habilidades, constroem conhecimento e compreendem relações sociais de maneira natural e prazerosa. Na visão de Froebel, promover brincadeiras, especialmente nos primeiros anos de vida, era essencial para proporcionar às crianças um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento integral, tanto físico quanto emocional, cognitivo e social. Essa abordagem ressalta a importância de permitir às crianças a liberdade de brincar e explorar seu entorno como parte fundamental de seu crescimento e aprendizado.

§ 27. Neste estágio de desenvolvimento a criança vai crescendo como ser humano que sabe usar seu corpo, seus sentidos, seus membros, meramente por motivo de seu uso ou prática, mas não por busca de resultados em seu uso. Ela é totalmente indiferente a isso, ou melhor, ela não tem ideia sobre o significado disso. Por tal razão a criança neste estágio começa a brincar com seus membros – mãos, dedos, lábios, língua, pés, bem como com as expressões dos olhos e face. (FROEBEL, 1913, p. 48)

Desse modo, é fundamental compreender as três formas pelas quais se estruturam os jogos, conforme Jean Piaget: jogos de exercício, jogos simbólicos e jogos de regras. Macedo (1995) destaca que cada um deles oferece contribuições significativas para a construção do conhecimento.

Os jogos de exercício são aqueles que se baseiam na prática funcional, demandando repetição. Nessa perspectiva, as crianças aprendem ao se deleitar com a repetição das ações propostas pelo jogo. Esses jogos desempenham um papel importante ao estabelecer hábitos, algo crucial no desenvolvimento infantil. Por exemplo, quando as crianças têm acesso a livros de literatura infantil e sentem prazer ao ouvir a professora durante a contação de histórias, ou quando elas próprias fingem estar lendo, desenvolvem um interesse genuíno pela leitura. Isso acontece porque essa atividade proporciona prazer, e a repetição dessa ação se torna uma fonte de satisfação para elas. Assim, introduzir jogos repetitivos desde a infância auxilia no processo de desenvolvimento integral da criança.

Durante o período sensório-motor, é possível envolver a criança em brincadeiras que incluam sequências de movimentos envolvendo pernas, braços ou outras partes do corpo. Essa abordagem de brincadeira se torna prazerosa para a criança à medida que os movimentos são repetidos regularmente. Esse processo auxilia a criança no desenvolvimento do hábito da repetição, não com o intuito de realizar algo por mera obrigação, mas sim motivada pelo prazer proporcionado por essa atividade.

Nessa perspectiva, é importante permitir que a criança desenvolva hábitos durante os primeiros anos de vida, o que facilitará a construção do conhecimento através da repetição. Realizar uma atividade com a criança apenas uma vez, sem repetição, pode não atribuir um significado mais profundo àquela prática. No entanto, ao enfatizar a repetição, a criança começa a atribuir significados às experiências vivenciadas.

Piaget reconheceu a importância fundamental dos jogos simbólicos no

desenvolvimento infantil. Nas brincadeiras de faz de conta, a criança aprende a utilizar um objeto para representar outro, permitindo a simbolização. Ao imitar e repetir as ações de diferentes papéis, como os da mãe, médico, comerciante, entre outros personagens, a criança está envolvida no processo de desenvolvimento da representação. Essa capacidade de representar é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, pois indica uma compreensão do simbolismo e da capacidade de criar um mundo imaginário, o que é crucial para diversas habilidades cognitivas e sociais.

No jogo simbólico, a criança demonstra ter assimilado uma realidade específica conforme a compreendeu. Ela desenvolve uma assimilação deformante, que pode divergir ou se distanciar significativamente da realidade apresentada. Em outras palavras, através do faz de conta, a criança adentra o mundo da imaginação, mantendo uma certa separação da vida cotidiana. Isso concede à criança a liberdade de expressar sua própria compreensão sobre a sociedade, as relações interpessoais e outros elementos. Desse modo, esse tipo de brincadeira auxilia a criança a compreender progressivamente esse mundo complexo, sua cultura e as normas sociais vigentes.

Ao se depararem com questionamentos da vida cotidiana, as crianças tendem a imaginar e inventar respostas baseadas em suas percepções, muitas vezes moldadas por meio de brincadeiras simbólicas. Elas desenvolvem formas próprias de explicar o mundo ao seu redor, criando interpretações e construindo respostas a partir dessas brincadeiras simbólicas. Esse processo permite que a criança estabeleça meios de se comunicar com o mundo e com as pessoas, explorando e expressando sua compreensão única da realidade.

Permitir que desde a Educação Infantil a criança aprenda a representar e a se expressar simbolicamente é uma preparação fundamental para compreender que os sons produzidos na fala podem ser associados às letras escritas. Além disso, tais estímulos contribuem significativamente para áreas como matemática, ciências, história, geografia, artes, entre outras disciplinas. Essa abordagem também ensina à criança sobre a natureza dos símbolos arbitrários utilizados para representar diferentes conceitos.

Os jogos com regras desempenham um papel crucial, permitindo que a criança aprenda através da assimilação e da interação recíproca. Ao participar desses jogos de forma coletiva, a criança compreende a importância de observar as ações dos outros para poder refletir sobre as ações que deve tomar durante o jogo. Esse processo ajuda na compreensão das regras, na reflexão sobre estratégias e no entendimento da dinâmica do trabalho em grupo.

Kishimoto (2016) enfatiza a importância dos jogos na capacidade das crianças, especialmente aquelas de 0 a 6 anos, de desenvolver representações mentais. A autora argumenta que os jogos devem ser considerados como tal somente quando permitem a atividade lúdica integrada ao ato de brincar. No entanto, quando são empregados com o propósito exclusivo de ensinar um conteúdo específico, eles não estão sendo utilizados para o ato de brincar, mas sim para o ato de transmitir conhecimento.

Entende-se que, se a escola tem objetivos a atingir e o aluno tem a tarefa de adquirir conhecimentos e habilidades, qualquer atividade por ele realizada na escola visa sempre a um resultado — é uma ação dirigida e orientada para a busca de finalidades pedagógicas. O emprego de um jogo em sala de aula necessariamente se transforma em um meio para a realização daqueles objetivos. Portanto, o jogo entendido como ação livre, tendo um fim em si mesmo, iniciado e mantido pelo aluno, pelo simples prazer de jogar, não encontraria lugar na escola. São tais ponderações que têm aquecido as discussões em torno da apropriação do jogo pela escola e, especialmente, o jogo educativo. (KISHIMOTO, 2016, p. 14)

Quando os professores empregam jogos na sala de aula, selecionam atividades com base na natureza lúdica, visando possibilitar que as crianças aprendam por meio desse recurso. Nesse contexto, o objetivo principal é promover a aprendizagem por meio da brincadeira. Isso resulta em uma nova modalidade conhecida como jogos educativos, os quais são integrados à prática pedagógica dos educadores. Portanto, os jogos educativos devem desempenhar duas funções simultaneamente: oferecer uma experiência lúdica e promover a aprendizagem educativa.

Conforme destaca Campagne (1989, p. 112), “1. função lúdica – o jogo propicia a diversão, o prazer e até o desprazer quando escolhido voluntariamente; e 2. função educativa – o jogo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo”.

O jogo educativo precisa integrar essas duas funções para evitar que seja apenas uma atividade lúdica ou meramente educativa. É fundamental que ambos os aspectos sejam valorizados. Quando, por exemplo, um professor introduz um jogo da memória para apresentar diferentes espécies de animais e as crianças simplesmente brincam com as cartas, prioriza-se a função lúdica. No entanto, para que o jogo seja efetivamente educativo e lúdico, é essencial equilibrar ambas as dimensões. Campagne ressalta algumas características específicas dos jogos:

1. o valor experimental – permitir a exploração e a manipulação;
2. o valor da estruturação – dar suporte à construção da personalidade infantil;
3. o valor de relação – colocar a criança em contato com seus pares e adultos, com objetos e com o ambiente em geral para propiciar o estabelecimento de relações;
4. o valor lúdico – avaliar se os objetos possuem as qualidades que estimulam o aparecimento da ação lúdica. (CAMPAGNE, 1989, p. 113)

Os educadores precisam escolher cuidadosamente os jogos educativos que vão direcionar o desenvolvimento das crianças em áreas específicas que desejam trabalhar. Além disso, é crucial que os professores orientem as crianças sobre a estrutura do jogo, participando ativamente da brincadeira e incentivando-as a realizar as ações necessárias. Por exemplo, ao ensinar sobre pesos e utilizar uma balança na sala de aula, o professor possibilita que a criança compreenda o conceito através de comparações e analogias usando

um objeto concreto. Essa abordagem permite que as crianças não apenas aprendam, mas também internalizem e compreendam os conceitos de maneira mais tangível e prática.

Reconhecendo a importância de práticas educativas significativas para o efetivo aprendizado dos alunos, os professores devem orientar sua atuação pedagógica considerando o processo de aprendizagem das crianças e os recursos adequados para esse propósito. Nesse contexto, as brincadeiras devem ser enfatizadas como elementos fundamentais na prática docente. Essa abordagem permite que os professores criem ambientes de aprendizado que se alinhem melhor com as habilidades naturais das crianças, promovendo um engajamento mais eficaz e uma compreensão mais profunda dos conceitos.

Desse modo, é relevante que os educadores na Educação Infantil adotem uma abordagem flexível em suas práticas pedagógicas. A educação tradicional muitas vezes não oferece espaço para recursos diversificados ou práticas inovadoras, o que pode limitar o potencial de aprendizado das crianças. É fundamental adotar uma nova perspectiva que valorize a individualidade das crianças, reconhecendo seus interesses, habilidades e estilos de aprendizagem únicos. Isso implica em repensar continuamente as estratégias educacionais para criar um ambiente de aprendizagem dinâmico e eficaz.

Neste capítulo, discutimos que as brincadeiras desempenham um papel importantíssimo no desenvolvimento global das crianças. Ao reconhecê-las como sujeitos ativos, buscamos criar um ambiente educacional que propicie um aprendizado significativo para elas. As brincadeiras não apenas são divertidas, mas também engajam as crianças de maneira que elas absorvem conhecimento e desenvolvem habilidades de forma natural e envolvente. Esse aspecto lúdico é essencial para o seu crescimento e aprendizado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CAMPAGNE, F. **Le jouet, l'enfant, l'éducateur**: rôles de l'objet dans le développement de l'enfant et le travail pédagogique. Paris: Privat, 1989.

FROEBEL, F. **La educación del hombre**. [S.l.]: Daniel Jorro Editor, 1913.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2016.

KISHIMOTO, T. M. (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

## A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Damare Araujo Teles**

A avaliação sempre foi uma ferramenta utilizada na prática educacional para compreender o conhecimento e as dificuldades dos alunos. No entanto, é crucial evitar uma abordagem que responsabilize exclusivamente o aluno por eventuais lacunas no aprendizado. É fundamental que os professores incentivem os alunos a desenvolverem novas habilidades, ao mesmo tempo em que avaliam sua própria prática docente.

Se os alunos encontram dificuldades em aprender algo, é essencial considerar que a prática do professor também deve ser avaliada e adaptada. Nessa perspectiva reflexiva, os professores da Educação Infantil devem usar a avaliação como uma ferramenta a favor do processo de ensino-aprendizagem das crianças. Ela deve ser usada para acompanhar o progresso dos alunos, visando apoiar seu desenvolvimento, em vez de ser um elemento que prejudique seu avanço.

Além disso, é relevante destacar a importância da observação como técnica fundamental de avaliação na Educação Infantil, através do registro do progresso e evolução das crianças, reconhecendo a variedade de registros avaliativos disponíveis e a importância desses instrumentos no processo de avaliação na Educação Infantil.

A fase inicial da Educação Básica, a Educação Infantil, demanda uma cuidadosa reflexão sobre o processo de avaliação das crianças, já que a forma como isso é conduzido pode impactar negativamente seu desenvolvimento. O objetivo principal é promover resultados positivos no aprendizado infantil. Para tanto, é essencial que os professores planejem coletivamente a avaliação, delineando suas metas e propósitos. É importante reconhecer que ao avaliar o progresso e as habilidades dos alunos, os educadores estão simultaneamente analisando suas próprias práticas pedagógicas e docentes.

O propósito da avaliação na Educação Infantil é identificar a necessidade de ajustar as abordagens didático-pedagógicas, incentivando a reflexão sobre novas estratégias de intervenção. Isso visa facilitar o aprendizado eficaz e significativo dos alunos desde os primeiros anos. Nessa perspectiva, são analisados o avanço das crianças, os progressos alcançados e as dificuldades que requerem atenção, conforme apontado por Bassedas, Huguet e Solé (2007, p. 173):

Nessa etapa, a finalidade básica da avaliação é que sirva para intervir, para tomar decisões educativas, para observar a evolução e o progresso da criança e para planejar se é preciso intervir ou modificar determinadas situações, relações ou atividades na aula. O mais importante não é emitir um juízo, definir uma situação, mas propor hipóteses, contrastá-las com outras pessoas adultas que se relacionam com a criança, comprová-las e modificá-las quando se considerar que não correspondem à evolução da criança.

Quando a abordagem avaliativa vai de encontro ao que é esperado na Educação

Infantil, surgem questionamentos relevantes. Em métodos educacionais tradicionais, a responsabilidade pelo aprendizado recaía inteiramente sobre o aluno. Se houvesse dificuldade em aprender algo ou se as avaliações não fossem satisfatórias, o aluno era tido como o único responsável por não atender às expectativas estabelecidas. Entretanto, atualmente, é importante adotar uma visão diferenciada. Os educadores devem indagar sobre o potencial de aprendizado de seus alunos, evitando rotular esses indivíduos como incapazes. O papel do professor é crucial; ele é responsável não somente por ensinar, mas também por avaliar. Para isso, é fundamental refletir sobre algumas situações:

- A) O que posso fazer para que meu aluno se desenvolva de forma plena e integral?
- B) O que preciso modificar em minha prática?
- C) Quais recursos e estratégias devem ser usados para auxiliar o aluno?
- D) Como avaliar a criança de modo que essa avaliação contribua para seu desenvolvimento integral?
- E) Como desenvolver o aluno a partir de suas potencialidades?

Em abordagens tradicionais de avaliação, o foco recai exclusivamente sobre o aluno, suas ações, habilidades e, sobretudo, suas limitações. Há uma forte ênfase no que o aluno não consegue realizar, muitas vezes associando essas dificuldades a uma suposta incapacidade. Contudo, é fundamental adotar uma abordagem mais holística em relação ao aluno. Mesmo que, em determinado momento de avaliação, ele não demonstre domínio em uma área específica, intervenções adequadas por parte dos educadores podem promover progresso e desenvolvimento nessas áreas de dificuldade.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 20/2009,

A avaliação, conforme estabelecido na Lei n. 9.394/96, deve ter a finalidade de acompanhar e repensar o trabalho realizado. [...] Todos os esforços devem convergir para a estruturação de condições que melhor contribuam para a aprendizagem e desenvolvimento da criança sem desligá-las de seus grupos de amizade. (BRASIL, 2009, p. 16-17)

Na abordagem tradicional da avaliação, havia o costume de direcionar a responsabilidade pelo aprendizado exclusivamente ao aluno. Se este não alcançasse um bom desempenho nas avaliações, era considerado o único culpado por não ter atingido as expectativas. Porém, essa visão precisa ser revista. É essencial que os educadores considerem o potencial de aprendizagem dos alunos e não os vejam como indivíduos incapazes. Como facilitadores do conhecimento, os professores têm uma responsabilidade significativa no processo educacional. Portanto, é crucial que se autoavaliem. Nesse sentido, é importante refletir sobre algumas situações:

Num modelo de avaliação mais tradicional, a tendência é observar somente o aluno, suas ações, habilidades e, principalmente, suas dificuldades. Há uma ênfase nas áreas em que o aluno apresenta falhas, muitas vezes sugerindo uma incapacidade. No entanto,

é fundamental olhar para o aluno sob uma nova perspectiva. Mesmo que, em determinado momento de avaliação, ele não demonstre conhecimento em algo específico, intervenções adequadas por parte dos professores podem promover progresso e desenvolvimento nessas áreas.

A visão de que “o aluno não aprende porque não quer” está equivocada. Quando existem obstáculos ao aprendizado, é necessário investigar minuciosamente o que está impedindo a assimilação do conteúdo. Isso pode estar relacionado à falta de recursos, estratégias inadequadas ou até mesmo à ausência de reflexão sobre as práticas pedagógicas dos educadores.

Entender que o desempenho dos alunos é um reflexo das práticas e intervenções em sala de aula é crucial. Ao invés de culpar exclusivamente o aluno, é essencial examinar as estratégias pedagógicas adotadas, buscando identificar e solucionar os possíveis fatores que impedem o progresso educacional dos estudantes.

Rotular os alunos por meio de avaliações é uma prática que muitas vezes perpetua métodos tradicionais de ensino na sala de aula. Isso pode estagnar o desenvolvimento dos estudantes, criando barreiras que os fazem focar em suas dificuldades e, principalmente, se sentirem incapazes de superá-las. Essa percepção pode torná-los relutantes em avançar no aprendizado de algo que pareça desafiador inicialmente. Assim, é comum ouvir frases como: “Professor, eu não consigo. Eu não sei.”

A avaliação é um instrumento valioso que auxilia o professor a tomar decisões em relação aos alunos e à própria prática docente. Ela oferece oportunidades para reflexão, permitindo ajustes necessários no processo de ensino e aprendizagem. Quando usada de maneira adequada, a avaliação não apenas mede o progresso, mas também direciona as intervenções pedagógicas, adaptando-as para atender às necessidades individuais dos alunos. Como destaca Fèneyrou (1990 *apud* BASSEDES; HUGHET; SOLÉ, 2007, p. 180), “não é uma simples constatação do rendimento, a capacidade ou o pensamento da criança, mas que por si mesma essa avaliação produz efeitos sobre a criança avaliada e sobre a pessoa adulta que avalia”.

A avaliação deve estar a serviço do processo de aprendizagem, sendo uma ferramenta para auxiliar o desenvolvimento integral dos alunos. Ela não deve ser usada para rotular ou criar divisões na sala de aula, mas sim para identificar áreas que precisam de mais suporte, compreender o progresso individual e adaptar as estratégias de ensino para atender às necessidades de cada aluno. Quando utilizada dessa forma, a avaliação se torna uma aliada no crescimento e na evolução dos estudantes.

A avaliação na Educação Infantil, de fato, deve ser planejada considerando o contexto, a individualidade e a progressão das crianças. A observação contínua é uma ferramenta valiosa para os professores acompanharem o desenvolvimento dos alunos. A avaliação diagnóstica, por sua vez, permite identificar as habilidades, dificuldades e necessidades de cada criança no início do processo educativo, auxiliando na definição de estratégias e adaptações para promover um ensino mais eficaz e adequado às demandas

individuais de aprendizagem. É uma maneira de personalizar o ensino, proporcionando intervenções específicas para cada aluno, visando ao seu desenvolvimento integral.

A avaliação na Educação Infantil não se limita apenas a verificar o desempenho das crianças, mas também serve como um instrumento para que o professor analise sua própria prática. Ao observar o progresso e as dificuldades dos alunos, o professor pode reavaliar suas estratégias de ensino, identificar o que está funcionando bem e o que pode ser aprimorado. Isso permite ajustes contínuos no planejamento pedagógico, visando a um ensino mais efetivo e adaptado às necessidades individuais das crianças. A reflexão constante sobre a prática docente é fundamental para a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem. “Assim, a avaliação deve servir basicamente para intervir, modificar e melhorar a nossa prática, a evolução e a aprendizagem dos alunos.” (BASSEDAS; HUGUET; SOLÉ, 2007, p. 174).

A avaliação diagnóstica é um processo contínuo que ocorre desde o início do ano letivo, permitindo ao professor compreender o nível de conhecimento, habilidades e competências que os alunos trazem consigo para a sala de aula. Esse tipo de avaliação é fundamental para que o docente adapte seu planejamento e suas estratégias de ensino às necessidades específicas de cada estudante. Ao longo do ano, essa prática permite ao professor observar o progresso dos alunos e ajustar seu método de ensino para garantir um aprendizado mais efetivo e personalizado.

De acordo com a LDBEN/96, a avaliação das crianças da educação infantil não deve ser classificatória nem pode dar margem à exclusão, mas deve ser feita por intermédio de acompanhamento contínuo das atividades desenvolvidas. A avaliação deve ter como parâmetro as observações e registros, não centrar em aspectos individuais e sim em produções coletivas que o façam pensar sobre os processos de construção da aprendizagem das crianças e também sobre como repensar o seu planejamento e as ações que são realizadas pela escola em colaboração com pais e comunidade. (BUCHWITZ, 2016, p. 80)

Muitas vezes, a dificuldade do aluno pode estar mais relacionada à abordagem de ensino do que à sua própria capacidade de aprender. Isso destaca a importância de os professores adaptarem suas estratégias para atender às necessidades individuais dos alunos. Além disso, é essencial estimular uma cultura de aprendizado positiva, onde os alunos sintam-se incentivados e confiantes para explorar, questionar e aprender, ajudando a eliminar barreiras que possam bloquear seu desenvolvimento.

Oferecer experiências de aprendizagem significativas é essencial para o desenvolvimento das crianças. Isso envolve criar situações de aprendizado que sejam relevantes, interessantes e que se conectem com a vida e interesses dos alunos. Ao proporcionar essas experiências, os educadores promovem um aprendizado mais profundo e duradouro, pois os alunos conseguem relacionar o que estão aprendendo com suas próprias experiências e compreensões do mundo ao seu redor.

A interação entre os alunos é uma ferramenta valiosa no processo educacional.

Quando os estudantes trocam conhecimentos entre si, criam um ambiente colaborativo que pode enriquecer a compreensão de todos. Os professores podem observar essas interações para compreender como os alunos aprendem, identificar lacunas de entendimento e intervenções necessárias para avançar na construção do conhecimento. Isso ajuda a personalizar a educação, permitindo que cada aluno progrida de acordo com suas necessidades e ritmo de aprendizagem.

Na Educação Infantil, a avaliação não deve ter o intuito de promoção ou retenção dos alunos. Ela deve ser um instrumento para compreender o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças. Ao observar suas interações, participações em atividades diversas e progresso nas habilidades, os professores podem identificar as necessidades individuais e planejar estratégias que ajudem no avanço de cada criança. A avaliação contínua e contextualizada proporciona uma visão mais ampla do aprendizado, indo além dos aspectos puramente quantitativos:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (BRASIL, 1996, n.p.)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca que a avaliação na Educação Infantil não tem o propósito de ser um filtro para a progressão para os anos seguintes. Ao contrário de uma avaliação tradicional centrada em testes padronizados, a avaliação nessa etapa é mais ampla e abrange o desenvolvimento global da criança. Ela é realizada por meio de observação, acompanhamento do progresso em diversas áreas, interações sociais, criatividade e autonomia, permitindo ao professor compreender o desenvolvimento da criança de maneira mais holística e apoiar suas necessidades individuais de aprendizagem.

A avaliação na Educação Infantil prioriza uma abordagem holística, considerando não apenas o que a criança já demonstrou ser capaz de fazer, mas também seu potencial de aprendizado futuro. A observação atenta do professor durante as atividades cotidianas permite não apenas avaliar o progresso das crianças, mas também entender suas necessidades individuais, oferecendo suporte personalizado para auxiliá-las em seu desenvolvimento integral.

A observação não é entendida como passiva, mas de uma maneira ativa: quando se está perguntando, ajudando-os, propondo coisas diferentes às diferentes crianças e detectando, dessa maneira, a sua capacidade de receber ajuda, de aceitá-la e de aproveitá-la. Esse tipo de observação participativa produz-se quando se ajuda uma menina a acabar um quebra-cabeças; quando se diz a um menino que está tentando fazer uma casa para observar um companheiro que também tenta fazer uma; quando se vai verbalizando as partes do corpo a uma criança que está fazendo o desenho de uma pessoa e em muitos outros momentos, nos quais se tenta verificar o

que os alunos são capazes de fazer, quando são ajudados, ou quando se faz uma atividade juntamente com eles. (BASSEDAS, HUGUET; SOLÉ, 2007, p. 173)

A observação direta e contínua do professor é uma ferramenta crucial na Educação Infantil. Ela possibilita identificar as necessidades específicas de cada criança, entender seu estilo de aprendizagem, reconhecer suas conquistas e áreas que precisam de mais apoio. Essa análise detalhada permite ao professor adaptar suas estratégias de ensino, oferecer intervenções direcionadas e criar um ambiente de aprendizado mais eficaz e inclusivo para cada aluno.

## REFERÊNCIAS

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 20, aprovado em 11 de novembro de 2009**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=3748-parecer-dcnei-nov-2009&category\\_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3748-parecer-dcnei-nov-2009&category_slug=fevereiro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BUCHWITZ, T. M. A. **Propostas curriculares na educação infantil**. São Paulo: Cengage, 2016.

FÈNEYROU, R. "Avaliació i diferenciació". **Butlletí del Col·legi Oficial de Doctors i Llicenciats de Catalunya**, n. 73, 1990.

## OS REGISTROS AVALIATIVOS

**Damare Araujo Teles**

Quando o professor inicia o processo de avaliação dos alunos, busca identificar os conhecimentos que já possuem, ou seja, suas bagagens prévias adquiridas em experiências fora da escola. Isso visa estabelecer conexões entre esses saberes e os conteúdos a serem aprendidos. A partir dessa avaliação inicial, o professor tem a oportunidade de adaptar ou aprimorar suas estratégias de ensino, visando o progresso cognitivo e a aprendizagem dos alunos. Conforme destacado por Buchwitz (2016, p. 81):

Em vez de um registro estático, a avaliação alimenta a reflexão acerca do planejamento e das práticas pedagógicas desenvolvidas, esclarecendo e qualificando o processo de construção do currículo da Educação Infantil que acontece no cotidiano de creches e pré-escolas. Assim, ela se constitui em instrumento de trabalho do professor e da equipe. O professor deve ter claro que a avaliação faz parte do processo de aprendizagem, sendo essencial que se conheça cada criança. Assim, ele poderá construir e reconstruir caminhos para que todos alcancem os objetivos educacionais.

Essencialmente, a avaliação formativa emerge com o propósito de colaborar com a jornada formativa da criança, identificando caminhos para apoiá-la na construção do conhecimento. Trata-se de um tipo de avaliação que capacita o professor a ajustar o processo de ensino-aprendizagem, adaptando-o às necessidades singulares e particularidades de seus alunos.

É fundamental reconhecer que em uma sala de aula convivem alunos com singularidades e características únicas, diferenciando-se uns dos outros. O professor deve ter essa consciência para identificar como estimular o desenvolvimento das habilidades de cada um, adaptando estratégias e recursos de acordo com essas distinções individuais.

Já a avaliação final, dentro desse contexto, busca verificar quais conhecimentos e habilidades foram efetivamente adquiridos pelo indivíduo. Esse tipo de avaliação é reconhecido como avaliação somativa, que, ao término do processo de ensino-aprendizagem, considera o que o aluno aprendeu ou não conseguiu desenvolver ao longo do semestre ou no final do ano letivo.

Na Educação Infantil, as avaliações não têm o propósito de promover a criança para o 1º ano do Ensino Fundamental de maneira puramente quantitativa. Em vez disso, são feitas observações contínuas, sem fins de classificação. A avaliação é vista como uma oportunidade para repensar as estratégias docentes. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil destacam que a avaliação deve proporcionar:

I - A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.); III- A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de

estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental); IV- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil; V- A não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2010, p. 29)

É essencial considerar uma abordagem de avaliação que não se limite à simples soma de pontuações em testes. As Diretrizes Curriculares Nacionais enfatizam uma avaliação que considere o desenvolvimento e o progresso do aluno de forma qualitativa. Não deve ser um método para rotular o aluno com uma nota, seja ela alta ou baixa. Caso contrário, a avaliação se torna um obstáculo que causa medo aos alunos no processo de aprendizagem. É fundamental observar toda a jornada da criança ao longo do processo educativo, respeitando sempre suas diferenças e singularidades.

Uma observação detalhada e contínua das habilidades e dificuldades das crianças é essencial para orientar as intervenções do professor. É crucial registrar informações precisas e concisas para identificar claramente as áreas que demandam mais atenção e necessitam de intervenção pedagógica adicional, garantindo que essas anotações sejam úteis e práticas no planejamento e acompanhamento do desenvolvimento das crianças.

As diretrizes atuais buscam uma abordagem de avaliação mais holística e abrangente, que não apenas considere o desempenho das crianças, mas também leve em conta a prática docente. A ênfase está na compreensão do desenvolvimento integral das crianças ao longo do tempo, valorizando não apenas os resultados finais, mas todo o processo de aprendizagem, fornecendo um suporte eficaz para o contínuo desenvolvimento infantil.

Os registros na Educação Infantil devem abranger um amplo espectro de habilidades e competências das crianças. Isso inclui não apenas aspectos acadêmicos, mas também o desenvolvimento emocional, social, físico e criativo. Essa abordagem abrangente permite aos professores entender melhor o progresso de cada criança em todas as áreas do seu desenvolvimento, ajudando-os a planejar atividades e intervenções adequadas para promover um crescimento equilibrado e integral. Bassedas, Huguet e Solé (2007) destacam uma pauta de observação geral que deve ser feita com crianças de 4 a 5 anos na intenção de investigar algumas áreas:

- 1) Área I: Identidade e autonomia pessoal: 1. O corpo e a própria imagem; 2. Jogo e movimento; 3. A atividade e a vida cotidiana; 4. O cuidado de si mesmo e do ambiente.
- 2) Área II: Meio físico e social: 1. Os primeiros grupos sociais; 2. A vida em sociedade; 3. Os objetos; 4. Animais e plantas.
- 3) Área III: Comunicação e representação: 1. Linguagem oral; 2. Aproximação à linguagem escrita; 3. Expressão plástica; 4. Expressão musical; 5. Expressão corporal; 6. Relações, medidas e representação do espaço.

**Os registros na Educação Infantil são fundamentais para que os professores possam**

documentar e descrever o progresso das crianças em relação a diversas habilidades. Eles servem como ferramenta para registrar não apenas o que as crianças aprenderam, mas também como aprenderam, quais estratégias utilizaram e onde podem necessitar de mais suporte. Esses registros permitem que os educadores identifiquem áreas de desenvolvimento, orientando suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada criança.

- Identificar e distinguir partes do corpo seu e dos colegas, reconhecendo semelhanças e diferenças. Expressar sensações, percepções, sentimentos e emoções. Mostrar autoconfiança e disposição para superar desafios. Desenvolver equilíbrio e destreza manual, praticando movimentos como pinça e alinhavo, que são fundamentais para a coordenação motora. Seguir as normas da escola. Interagir com outras crianças em atividades em grupo.
- Demonstrar o nível de dependência em relação ao professor e a capacidade de agir com autonomia. Mostrar habilidades no autocuidado e na organização do ambiente. Demonstração de independência durante as refeições. Em relação ao ambiente social e físico, verificar se a criança reconhece membros da família por seus nomes e laços de parentesco. Avaliar o conhecimento sobre a vida em sociedade, animais e plantas. Expressar-se oralmente, memorizar cantigas, poemas e participar da recontagem de histórias.
- Identificar as letras do próprio nome, demonstrando proximidade com a linguagem escrita. Realizar desenhos, pinturas e brincar com massinha de modelar. Expressar-se por meio do corpo, dançando e fazendo gestos. Estabelecer relações de tamanho, comparando o que é maior ou menor, entre outras habilidades.

Ao adotar um método avaliativo que abarque todas essas competências, é evidente um foco no crescimento holístico da criança, considerando todos os aspectos de sua vida. Assim, a proposta de observação delineada por Bassedas, Huguet e Solé (2007), que prioriza diversas esferas, oferece suporte valioso ao professor no processo de avaliação na Educação Infantil.

Hoffmann (2012) destaca a variedade de instrumentos disponíveis para registrar o progresso no desenvolvimento das crianças, como pautas de observação, cadernos de registro, fotos, vídeos, áudios e portfólios. Cada um desses recursos auxilia os professores a documentar as habilidades adquiridas pelos alunos, identificando também as áreas onde encontram mais dificuldades. Além disso, essas ferramentas oferecem suporte para estabelecer novas estratégias de intervenção, permitindo que o desenvolvimento da criança prossiga de maneira eficaz com base nas observações feitas.

Na rotina da pré-escola, a pauta de observação organiza sistematicamente as atividades diárias da criança, permitindo ao professor fazer questionamentos específicos sobre os objetivos das tarefas, avaliando assim o progresso do aluno em cada exercício proposto.

O caderno de registro assume a forma de um diário, registrando observações relevantes do professor sobre a criança. Fotos, vídeos e áudios desvendam aspectos importantes do desenvolvimento, mostrando como a criança lida com as propostas educacionais. Os vídeos e áudios, em especial, capturam o posicionamento, a reflexão e a execução das atividades.

Os portfólios são essenciais, reunindo todas as atividades realizadas ao longo do período letivo. Além desses, existem outros instrumentos que podem ser adotados pelo professor, desde que sejam relevantes para a observação do desenvolvimento da criança. Independente da escolha, todos os recursos têm potencial para contribuir significativamente para a avaliação na Educação Infantil.

Esse capítulo ressalta que na Educação Infantil, a primeira fase da educação básica, a avaliação não deve ser voltada para a promoção da criança ao 1º ano do Ensino Fundamental. Em vez disso, é crucial utilizar a avaliação como um processo contínuo de acompanhamento do progresso da criança. Essa análise contínua permite a identificação de áreas que necessitam de intervenções específicas para ajudar a criança a superar desafios.

É fundamental que os professores não enxerguem a avaliação como uma ferramenta para rotular os alunos como «bons» ou «ruins». Em vez disso, devem usar as observações diárias como base para criar estratégias diversas que impulsionem o desenvolvimento de cada criança. Assim, uma variedade de registros avaliativos deve ser empregada pelos professores, sempre com o propósito de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Essa abordagem enfatiza a importância de uma avaliação não punitiva, mas sim como um meio de apoio ao crescimento e desenvolvimento de cada criança de maneira individualizada.

## REFERÊNCIAS

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BUCHWITZ, T. M. A. **Propostas curriculares na educação infantil**. São Paulo: Cengage, 2016.

HOFFMANN, J. **Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

No decorrer deste livro didático, você teve a oportunidade de explorar tópicos que destacam os desafios enfrentados até a compreensão da criança como um sujeito histórico e detentora de direitos, merecedora de uma educação inicial de qualidade, que começa na Educação Infantil. Evidenciou-se que o acesso a creches e pré-escolas, atualmente garantido, nem sempre foi uma realidade, pois, como discutido, as crianças não eram reconhecidas em suas singularidades.

Foi possível identificar a persistência das abordagens tradicionais de ensino nas escolas. Entretanto, é crucial que busquemos uma abordagem oposta a esse paradigma, visando redefinir a prática docente, centrada na construção de aprendizados significativos para a criança. Um dos pilares fundamentais da prática docente é a reflexão constante sobre suas próprias ações, sobre o cotidiano educacional nas instituições.

Conseqüentemente, a formação inicial deve capacitar os futuros educadores a estabelecerem uma conexão eficaz entre teoria e prática, enquanto consideram o aluno como um agente ativo no processo de aprendizagem. Assim, aprimorar-se continuamente por meio da formação ao longo da carreira docente é um aspecto primordial para o professor.

Também reconhecemos a importância dos documentos orientadores e a implementação das políticas públicas na Educação Infantil. Exploramos os benefícios dos jogos, brincadeiras e o processo de inclusão de crianças com deficiências. Por fim, analisamos o papel da avaliação nessa etapa educacional.

**DAMARES ARAÚJO TELES** - Doutorado em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2020). Mestrado em Educação - PUC/SP (2018). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (2015). Especialista em Docência do Ensino Superior e Libras pelo Instituto Qualifique (2016). Educação Especial e Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (2020). Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo Instituto Prominas (2021). Gestão Escolar (Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção) pela Faculdade Única (2022). Curso de ABA e Estratégias Naturalistas para Autismo e Atrasos do Desenvolvimento pelo Instituto Singular (2021). Experiência no Ensino Superior como docente na Universidade Paulista (UNIP), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Associação Sequencial de Ensino Superior - Faculdade Sequencial. Principais temas de atuação: Língua Brasileira de Sinais, Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino de Ciências, Psicologia da Educação, Política e Organização da Educação Básica, Metodologia Científica, Alfabetização e Letramento, Didática, Educação Infantil, Avaliação da Aprendizagem, Educação Inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Sociologia da Educação, Filosofia e Trabalho de Conclusão de Curso. Foi professora conteudista da Unigranrio na produção de disciplinas EaD. Atua no Grupo de Pesquisa - Currículo: questões atuais, coordenado pela professora Dra. Mere Abramowicz. E no grupo de pesquisa Educação Infantil e Brincar coordenado pela professora Dra. Neide de Aquino Noffs. É editora de seção da Revista e-Curriculum da PUC/SP. Autora do livro infantil “O valor da simplicidade de um macaquinho” e do livro “Janelas para o Mundo: olhares sobre o Currículo em tempos de pandemia”. Atualmente é diretora do Núcleo de Educação Infantil Municipal Teodoro Quirino em Bertiooga – SP.

Damare Araújo Teles

---

# Educação Infantil:

analisando aspectos importantes



 **Atena**  
Editora

Ano 2023

Damare Araújo Teles

# Educação Infantil:

analisando aspectos importantes



Atena  
Editora

Ano 2023